



SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – STF
Concurso Público – Edital n.º 1/99 – STF, de 23/11/99

Cargo: ANALISTA JUDICIÁRIO (NÍVEL SUPERIOR)
ÁREA: ADMINISTRATIVA

Nas questões de 1 a 50, marque, em cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. A marcação da letra **F**, na **Folha de Respostas**, não acarretará anulação; servirá somente para caracterizar que o candidato desconhece a resposta correta.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Nas questões de 1 a 5, considere que todos os programas mencionados estão em configuração padrão, em português, e que o *mouse* está configurado para pessoas destros. Assim, a menos que seja explicitamente informado o contrário, expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*.

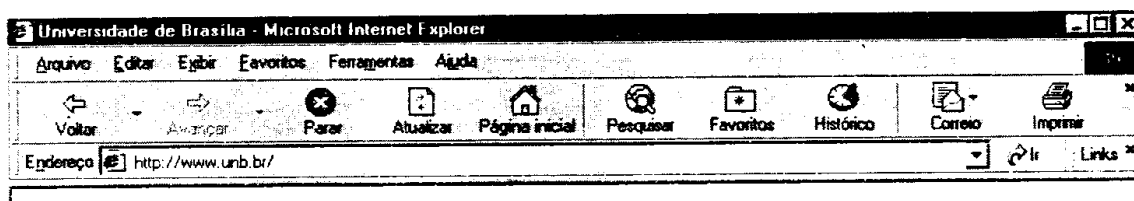
QUESTÃO 1

Com respeito a tópicos relativos à Internet e às *intranets*, assinale a opção correta.





- Ⓐ Os nomes Altavista, Lycos e Yahoo referem-se a formatos de arquivos comumente enviados na Internet por meio de correio eletrônico.
- Ⓑ A expressão TCP/IP designa um tipo especial de memória semicondutora rápida usada para acelerar computadores conectados à Internet.
- Ⓒ Existem programas de correio eletrônico que permitem, além do envio de mensagens, o envio de arquivos anexos (*attachments*), tais como arquivos do Word e do Excel.
- Ⓓ Uma desvantagem das *intranets* é que os computadores conectados a uma determinada *intranet* não são capazes de trocar mensagens de correio eletrônico entre si.
- Ⓔ Todos os *modems* usados para conectar computadores pessoais a provedores de Internet devem, obrigatoriamente, usar a taxa de transmissão de 2.400 *bits* por segundo.

QUESTÃO 2

A figura a seguir mostra uma parte de uma tela de trabalho do Microsoft Internet Explorer 5.



Julgue os seguintes itens, relativos à figura e ao Internet Explorer 5.

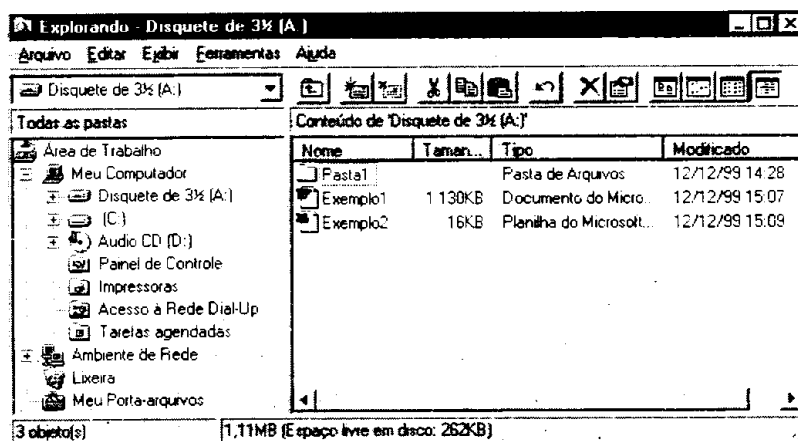
- I - O usuário do Internet Explorer pode escolher uma página da *web* para ser a primeira página que será vista sempre que o referido programa for aberto.
- II - Um clique simples em  fará que a tela do Internet Explorer seja minimizada.
- III - Para acessar determinada página da *web*, é correto substituir os caracteres http://www.unb.br/ pelo URL da página desejada e teclar .
- IV - Um clique simples em  fará que seja aberta uma página da *web* da Microsoft que permitirá ao usuário fazer o *download* de versões mais atualizadas do Internet Explorer.
- V - Um clique simples em  fará que seja exibida uma página da *web* com o histórico da Internet.

A quantidade de itens certos é igual a

- Ⓐ 1.
- Ⓑ 2.
- Ⓒ 3.
- Ⓓ 4.
- Ⓔ 5.

QUESTÃO 3

A figura abaixo mostra uma tela de trabalho do Windows Explorer.

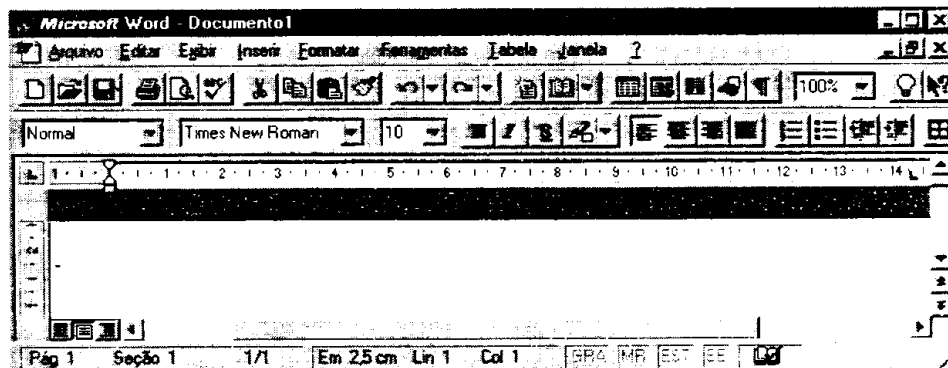


A respeito da figura e do Windows Explorer, assinale a opção correta.

- ☐ A É possível proteger o disco flexível (disco A:), de forma que o Windows Explorer não consiga gravar dados nele nem apagar o seu conteúdo.
☐ B Um clique simples em irá criar uma nova pasta.
☐ C Um clique simples em Exemplo1 irá abrir este arquivo.
☐ D Um clique simples em (C:) seguido de um clique simples em fará que seja criado um *backup* do disco C:, copiando o seu conteúdo para o disco A.
☐ E Um clique simples com o botão direito do *mouse* em Pasta1 irá abrir esta pasta, exibindo os arquivos dentro da mesma.

QUESTÃO 4

A figura abaixo mostra uma tela de trabalho do Word 7.0.



Com relação à figura e ao Word 7.0, julgue os itens que se seguem.

- I - Se o Windows tiver sido corretamente configurado durante a instalação para a língua portuguesa, quando forem pressionadas sucessivamente as teclas e , será mostrado, na tela, o caractere ã.
 II - Um procedimento correto para fechar um documento, saindo também do aplicativo, é: no *menu* Arquivo, clicar sobre Fechar.
 III - Para recuar o parágrafo selecionado até a próxima parada de tabulação, pode-se clicar em .
 IV - O botão pode ser usado para exibir ou ocultar o Assistente de Dicas, que fornece dicas sobre meios mais eficientes para realizar tarefas.
 V - O ato de pressionar simultaneamente as teclas e tem o mesmo efeito do ato de clicar em ou seja, remover a seleção do documento ativo, colocando-a na área de transferência.

Estão certos apenas os itens

- ☐ A I e II. ☐ B I e V. ☐ C II e IV. ☐ D III e IV. ☐ E III e V.

QUESTÃO 5

A figura a seguir mostra uma tela de trabalho do Excel 7.0.

The screenshot shows the Microsoft Excel 7.0 interface. The menu bar includes Arquivo, Editar, Exibir, Inserir, Formatar, Ferramentas, Dados, and Janela. The toolbar contains various icons for file operations, editing, and formatting. The status bar at the bottom shows 'Pronto', 'Soma=0', and 'CAPS NUM'. The spreadsheet has columns A through G and rows 1 through 7. The data is as follows:

	A	B	C	D	E	F	G
1		1o. Bimestre	2o. Bimestre	3o. Bimestre	4o. Bimestre		
2	Aluno 1	10	8	5	10		
3	Aluno 2	6	10	7	8		
4	Aluno 3	7	9	8	8		
5	Aluno 4	8	6	9	9		
6							
7							

Com respeito à figura e ao Excel 7.0, assinale a opção correta.

- Ⓐ O ato de selecionar as células C2, D2, C3 e D3 e clicar em fará que apenas os números 8, 5, 10 e 7, contidos nessas células, sejam impressos.
- Ⓑ Clicar sucessivamente em D4 e em fará que o número 8 nesta célula seja multiplicado por 1.000, resultando em 8.000.
- Ⓒ Para aumentar a largura da coluna D sem alterar as larguras das demais colunas, é correto proceder da seguinte forma: clicar no cabeçalho da coluna **D** e, em seguida, clicar em .
- Ⓓ Para criar gráficos de barras que ilustrem as notas dos alunos mostradas na planilha, é suficiente selecionar todos os dados da tabela e clicar em .
- Ⓔ O ato de clicar em F2, digitar $=B2-C2*D2/E2+2^3$ e teclar fará que apareça o resultado 14 na célula F2.

LEGISLAÇÃO APLICADA AO STF

Nas questões de 6 a 8, as respostas devem observar estritamente e apenas os termos do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal (RISTF), pondo de parte quaisquer discussões acerca de possíveis conflitos normativos decorrentes da incidência de outras leis ou normas de qualquer hierarquia.

QUESTÃO 6

Acerca da organização, da competência e dos atos normativos do STF, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ As turmas do STF deliberarão, na esfera de sua especialidade temática, sobre inclusão, alteração e cancelamento de enunciados da súmula da jurisprudência predominante do Tribunal.
- Ⓑ Nos casos em que o RISTF determinar que se observe a antiguidade decrescente, o imediato ao ministro mais moderno será o mais antigo no órgão.
- Ⓒ O presidente do STF é órgão daquele Tribunal.
- Ⓓ Existem duas turmas no âmbito do STF, sendo que o ministro de uma tem a possibilidade de transferir-se para a outra quando houver vaga.
- Ⓔ O presidente, os ministros e as comissões do STF podem apresentar proposta de emenda ou de ato regimental – este, na hipótese de complementação do RISTF; aquela, na hipótese de supressão, acréscimo ou modificação das disposições regimentais.

QUESTÃO 7

Julgue os itens abaixo, relativos à competência das turmas e do Plenário do STF.

- I - Considere a seguinte situação hipotética:
Ao examinar a admissibilidade de recurso extraordinário, o presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas não o admitiu. O recorrente, inconformado, interpôs agravo, perante o STF, contra a decisão que negou seguimento ao recurso, o qual foi distribuído à 1.ª Turma.
Nesse caso, sendo dado provimento ao agravo e determinada a subida do recurso extraordinário, a 1.ª Turma estará preventa para efeito do seu julgamento.
- II - Considere a seguinte situação hipotética:
O Tribunal de Contas da União (TCU) condenou um prefeito municipal a ressarcir à União verba que por ele teria sido aplicada indevidamente. Intimado da decisão, o prefeito impetrou mandado de segurança contra o ato que lhe ordenava efetuar o ressarcimento.
Nesse caso, a competência para julgar o mandado de segurança será do Plenário do STF.
- III - Considere a seguinte situação hipotética:
O procurador-geral da República formulou denúncia contra uma deputada federal pela prática de crime comum.
Nesse caso, a competência para julgar a ação penal será do Plenário do STF.
- IV - Considere a seguinte situação hipotética:
Tendo sido impugnada a sua candidatura por meio de decisão definitiva do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), um candidato interpôs recurso extraordinário para o STF. Todavia, o recurso foi distribuído a ministro integrante do TSE que participara do julgamento naquela Corte – tendo inclusive acompanhado o voto desfavorável à tese do recorrente. Assim, o candidato arguiu a suspeição do ministro sorteado para ser o relator do seu recurso.
Nesse caso, a competência para julgar o recurso será de uma das turmas do STF e a competência para julgar a arguição de suspeição será do Plenário do STF.
- V - Considere a seguinte situação hipotética:
O Superior Tribunal de Justiça (STJ) denegou a ordem postulada por Anastácio, em sede de *habeas corpus*, contra ato do governador do Estado do Piauí. Inconformado, Anastácio interpôs recurso ordinário para o STF contra a decisão da Corte de origem.
Nesse caso, a competência para julgar o recurso será de uma das turmas do STF.

A quantidade de itens certos é igual a

- Ⓐ 1. Ⓑ 2. Ⓒ 3. Ⓓ 4. Ⓔ 5.

QUESTÃO 8

Julgue os seguintes itens, relativos às atribuições do relator, do revisor e dos órgãos do STF.

- I - Considere a seguinte situação hipotética:
Gilson postulou junto ao STF pedido de homologação de sentença definitiva da justiça da Argentina, que julgou procedente a sua ação de divórcio contra Ana, extinguindo o respectivo vínculo conjugal. Efetuada a distribuição, procedeu-se, então, à citação e às intimações necessárias. Não houve, contudo, qualquer impugnação ao pedido de homologação.
Nessa situação, caberá ao presidente do STF homologar a sentença estrangeira.
- II - Considerando que o relator tenha pedido dia para julgamento, sem que houvesse a remessa dos autos a um revisor, então, seguramente, não se trata de julgamento de ação rescisória, revisão criminal ou ação penal originária ajuizada contra algum senador.
- III - Considere a seguinte situação hipotética:
Cássio interpôs recurso extraordinário contra acórdão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, proferido em julgamento de apelação em matéria penal. Admitido o recurso e realizado o procedimento necessário, o processo foi incluído na pauta de julgamento da turma. Após a publicação da pauta, mas dois dias antes da realização da sessão, Cássio protocolou petição desistindo do recurso.
Nessa situação, a desistência deverá ser homologada por ato da respectiva turma.
- IV - Considere a seguinte situação hipotética:
Em ação rescisória ajuizada junto ao STF, o ajuizante formulou, na petição inicial, pedido de assistência judiciária, afirmando-se pobre, na forma da lei, de forma que estaria impossibilitado de arcar com as custas processuais.
Nessa situação, caberá ao relator despachar o pedido de assistência judiciária, tão logo os autos venham-lhe conclusos, após a distribuição.
- V - Considere a seguinte situação hipotética:
Concluído o inquérito policial, por meio do qual se apurava a prática de crime de corrupção em que figurava o presidente da República como indiciado, o procurador-geral da República requereu o seu arquivamento.
Nesse caso, caberá ao relator, e não ao Plenário do STF, determinar o arquivamento do inquérito.

Estão certos apenas os itens

- Ⓐ I, II e IV. Ⓑ I, II e V. Ⓒ I, III e IV. Ⓓ II, III e V. Ⓔ III, IV e V.

QUESTÃO 9

Assinale a opção correta com relação aos processos administrativos conduzidos no âmbito do STF.

Ⓐ Considere a seguinte situação hipotética:

A comissão designada para conduzir processo administrativo contra a empresa Y, contratada pelo STF após regular licitação, apresentou as suas conclusões em extenso relatório, no qual, demonstrada a conduta faltosa da contratada, sugeria a aplicação de penalidade prevista em lei. Analisando os autos e concluindo que o articulado da comissão estava suficientemente claro, congruente e consentâneo com o direito, a autoridade julgadora lançou, então, nos autos, a seguinte decisão: "Acolho as conclusões apresentadas pela comissão às folhas 310-75 e a proposta de sanção. Intime-se a empresa Y. Publique-se. Brasília, 10/12/1999. (Assinatura e cargo.)"

Nessa situação, a decisão da autoridade julgadora é nula, eis que a simples remissão às conclusões da comissão não é suficiente à fundamentação do ato punitivo, violando, por conseguinte, o princípio da motivação, o qual norteia a prática de atos administrativos – mormente em se tratando de ato punitivo.

Ⓑ Considere a seguinte situação hipotética:

A empresa X, desclassificada em concorrência conduzida no âmbito do STF, formulou pedido de substituição dos membros da comissão de licitação, apresentando fatos que, em tese, caracterizariam a prática de corrupção, em face do favorecimento dispensado a outros concorrentes. Simultânea e tempestivamente, a mesma empresa protocolou recurso contra a decisão da comissão que a desclassificara, o qual veio a ser acolhido e, em consequência, possibilitou que a recorrente continuasse participando do certame.

Nesse caso, tendo logrado a correção do ato inquinado por meio do recurso, a empresa X poderá desistir do pedido formulado contra os componentes da comissão, o que, necessariamente, ensejará a extinção do processo administrativo, em face da inexistência de parte autora.

Ⓒ A administração pública deve anular seus próprios atos, quando maculados por ilegalidade. Todavia, em cinco anos a administração decai do direito de anular atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis aos destinatários, salvo comprovada má-fé – regra essa aplicável no âmbito do STF.

Ⓓ Considerando que o prazo para a interposição de recurso administrativo expirava-se em uma quarta-feira e que, excepcionalmente, naquele dia, o expediente do STF encerrou-se duas horas antes do horário normal, em razão da solenidade de posse de um novo ministro, então, mesmo assim o interessado não se beneficiará de qualquer prorrogação de prazo, vez que os prazos recursais são contados em dias.

Ⓔ Caso o administrado deixe de recolher as custas iniciais do processo administrativo por ele desencadeado junto ao STF, então o feito não terá seguimento, devendo ser extinto sem julgamento do mérito.

QUESTÃO 10

Com relação ao regime jurídico dos servidores públicos civis federais, assinale a opção correta.

Ⓐ Considere a seguinte situação hipotética:

Concluído um concurso público, Tício foi nomeado para o cargo de analista judiciário do quadro funcional do STF. Antes da posse, porém, Tício faleceu.

Nesse caso, uma vez que a investidura em cargo público ocorre com a nomeação, a esposa de Tício terá direito a pensão, em decorrência do falecimento de servidor público federal.

Ⓑ Considere a seguinte situação:

O Edital n.º 1/99, de 23/11/99, por meio do qual o STF tornou pública a realização e definiu as regras do concurso público para provimento de cargos de analista judiciário e de técnico judiciário, dispõe, no subitem 15.3, que o "concurso terá validade de 2 (dois) anos, a contar da data de sua homologação, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do Supremo Tribunal Federal".

Nesse caso, ante a vinculação a essa disposição editalícia, se a Direção do STF não prorrogar o prazo de validade do certame, não poderá realizar outro concurso para provimento dos mesmos cargos nos dois anos que se seguirem à expiração do biênio de validade.

Ⓒ Considerando que Alice completou, em janeiro de 2000, cinco anos de efetivo exercício em cargo público, então terá direito a licença-prêmio por assiduidade, com duração de três meses, período em que fará jus à respectiva remuneração.

Ⓓ Considere a seguinte situação hipotética:

Após dois anos percebendo determinada gratificação, uma servidora do STF teve suprimida de sua remuneração a referida parcela. Nessa situação, a servidora poderá formular pedido de reconsideração à autoridade que expediu o ato de supressão da gratificação. Ademais, poderá interpor recurso em face do indeferimento do pedido de reconsideração, dirigido à autoridade imediatamente superior.

Ⓔ Considerando que o regime de seguridade dos servidores públicos é mais vantajoso, então todo o tempo de contribuição exigido para a aposentadoria desses servidores deve ser contado nesse regime, não se inserindo no cômputo o tempo de contribuição em atividade privada, vinculada ao regime geral de previdência.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 11

Assinale a opção correta acerca dos direitos e deveres individuais e coletivos consagrados na Constituição da República.

- Ⓐ A Constituição preceitua que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações. Logo, seriam inconstitucionais disposições legais que estabelecessem tratamento mais favorável, por exemplo, em favor das servidoras públicas, concedendo-lhes o direito de aposentadoria com tempo de contribuição inferior ao exigido dos servidores públicos.
- Ⓑ Considerando que um indivíduo de nacionalidade alemã, proprietário de imóveis no Brasil, veio a falecer, deixando esposa e filhos brasileiros, tem-se que a sucessão dos bens será regulada pela lei brasileira somente se esta for mais favorável aos herdeiros que a legislação alemã.
- Ⓒ Considere a seguinte situação hipotética:
Concluída a produção de um filme, a película foi encaminhada ao Ministério da Justiça, para efeito de liberação de sua exibição pela censura pública federal.
A necessidade de censura, em tais circunstâncias, não afronta a Constituição, haja vista o interesse público subjacente sobrepor-se ao interesse particular dos produtores.
- Ⓓ Considere a seguinte situação hipotética:
Mévio, aos dezoito anos de idade, praticou conduta definida em lei como estupro, ao manter conjunção carnal com Sabina quando esta contava treze anos de idade. Mévio foi, então, regularmente condenado a pena de quatro anos de reclusão. Sobrevindo o trânsito em julgado da sentença, e estando em curso o cumprimento da pena, foi editada lei que descaracterizava a prática de crime nas circunstâncias da conduta perpetrada por Mévio.
Nessa situação, os efeitos da lei nova não se produzirão em relação a Mévio, vez que a Constituição, a par de impor como regra a irretroatividade das leis, determina que lei nova não pode afetar a coisa julgada.
- Ⓔ Considere a seguinte situação hipotética:
Restou provado, por meio de apuração oficial, que o ato presidencial de privatização de uma empresa estatal do setor de telefonia foi lesivo ao patrimônio público, pois o preço mínimo – pelo qual se consumou a arrematação – cobrado pela União por sua participação acionária foi sensivelmente inferior ao valor real.
Nessa situação, qualquer cidadão poderá ingressar em juízo com ação popular contra o presidente da República. A referida ação será processada e julgada, originariamente, pelo STF.

QUESTÃO 12

À luz da disciplina constitucional, assinale a opção correta acerca da nacionalidade, dos direitos sociais e dos direitos políticos.

- Ⓐ Considere a seguinte situação hipotética:
Flávio foi interditado pela família em decorrência de ter sido acometido por grave doença mental. Assim, para efeito da lei civil, Flávio passou a ter *status* de pessoa absolutamente incapaz.
Nesse caso, em consequência da incapacidade civil, Flávio terá os seus direitos políticos cassados.
- Ⓑ Considerando que um cidadão brasileiro adquira outra nacionalidade, então perderá a nacionalidade brasileira, ainda que a lei do país de que se tornou nacional admita a nacionalidade originária, haja vista o ordenamento jurídico brasileiro não admitir dupla nacionalidade.
- Ⓒ Todos os trabalhadores, qualquer que seja a renda que auferirem, têm direito ao salário-família, devido em face de cada dependente menor de 21 anos de idade ou inválido.
- Ⓓ Considere a seguinte situação hipotética:
Frustrada a negociação coletiva, o sindicato dos trabalhadores ingressou, então, com dissídio coletivo de trabalho, postulando a elevação dos salários da categoria em percentual que os recompusesse ao nível em que se encontravam, em termos reais, no ano anterior.
Nessa situação, a justiça do trabalho não poderá proferir sentença que eleve os salários por meio da criação de norma jurídica nova, vez que ao Poder Judiciário incumbe fazer cumprir normas jurídicas preexistentes, e não introduzir normas novas para regência das relações de emprego.
- Ⓔ Consoante a disciplina constitucional vigente, o fato de os trabalhadores laborarem em serviços ou atividades definidos em lei como essenciais não enseja, só por essa circunstância, que a greve por eles deflagrada seja considerada abusiva.

QUESTÃO 13

Julgue os itens abaixo, relativos à organização do Estado definida na Constituição.

I - Considere a seguinte situação hipotética:

Pretendendo simbolizar um reinício na história do Brasil, no ano em que se celebram quinhentos anos da chegada oficial dos portugueses a estas terras, um senador baiano propôs ao presidente da República que o governo federal enviasse esforços junto ao Congresso Nacional para que a capital do país retornasse, em definitivo, para a cidade de Salvador.

Nesse caso, para que Salvador volte a ser a capital federal, entre outras providências, a Constituição da República deverá ser emendada.

II - Considerando que o governador de um estado da Federação tenha sido nomeado ministro pelo presidente da República, previamente à posse deverá obter licença da assembleia legislativa do respectivo estado, sob pena de, não o fazendo, perder o mandato.

III - Considere a seguinte situação hipotética:

Como o STF decidiu não serem auto-aplicáveis as novas regras constitucionais relativas à remuneração dos membros dos poderes, a remuneração de um dos ministros do STF manteve-se composta, em dezembro de 1999, por duas parcelas: R\$ 8.000,00, a título de vencimentos, e R\$ 2.400,00, a título de adicional de tempo de serviço. Em janeiro de 2000, o referido ministro completou outro quinquênio no serviço público, passando, então, a ter direito a mais cinco por cento de adicional de tempo de serviço.

Nessa situação, a remuneração do ministro passará a totalizar R\$ 10.920,00.

IV - A Constituição atribui competência concorrente à União, aos estados e ao Distrito Federal para definirem, nos respectivos âmbitos, as normas gerais de licitação e contratação para as administrações públicas direta e indireta.

V - Implementada a intervenção da União em um estado da Federação, o governador perderá, em decorrência, o respectivo mandato.

A quantidade de itens certos é igual a

- (A) 1. (B) 2. (C) 3. (D) 4. (E) 5.

QUESTÃO 14

Julgue os itens que se seguem, relativos ao Poder Judiciário.

I - Um juiz de direito que ainda não tenha alcançado a vitaliciedade no cargo só o perderá em decorrência de sentença judicial transitada em julgado.

II - Considere a seguinte situação hipotética:

Aposentando-se um dos desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, e sendo a ocasião de a vaga ser preenchida por advogado, a seccional de Goiás da Ordem dos Advogados do Brasil encaminhou àquela Corte lista com o nome de seis profissionais candidatos à referida vaga. O Tribunal formou, então, lista triplíce a partir daquela sêxtupla, encaminhando-a ao governador do Estado.

Nessa situação, efetivada a nomeação pelo governador, o novo desembargador somente alcançará a vitaliciedade após dois anos de exercício no cargo.

III - Considere a seguinte situação hipotética:

No curso de uma ação cível, o perito designado apresentou ao juízo o respectivo laudo. O juiz despachou, então, na própria petição do perito: "Junte-se. Vista às partes. Intimem-se."

Nessa situação, o ato judicial não é nulo, eis que, não havendo conteúdo decisório, não há a necessidade de fundamentação.

IV - Considerando que Célia, servidora pública civil da União, obteve sentença favorável, confirmada em todas as instâncias, ao seu pleito de reajustamento de seus vencimentos pelo mesmo índice que fora concedido aos militares, então a execução dos valores que se lhe reconheçam devidos não se efetivará por meio de precatório, haja vista tratar-se de crédito de natureza alimentícia.

V - Considere a seguinte situação hipotética:

A empresa X obteve sentença favorável, confirmada em todas as instâncias, condenando a União a restituir-lhe valor indevidamente exigido em face da incidência do fato gerador de determinado tributo federal. A sentença transitou em julgado em maio de 1997. Formado o precatório, o presidente do respectivo tribunal encaminhou-o ao Congresso Nacional em novembro do mesmo ano.

Nessa situação, processando-se regularmente o precatório, a verba necessária ao pagamento do crédito da empresa X haveria de ser incluída no orçamento geral da União de 1999 e efetivamente paga à exequente até o final do ano 2000.

Estão certos apenas os itens

- (A) I e II. (B) I e III. (C) II e IV. (D) III e V. (E) IV e V.

QUESTÃO 15

Acerca da competência dos diversos órgãos do Poder Judiciário, assinale a opção correta.

- Ⓐ Sendo denunciado pela prática de crime de responsabilidade, o presidente da República será processado e julgado perante o STF.
- Ⓑ Considere a seguinte situação hipotética:
Objetivando abrir novos postos de trabalho, a Câmara Municipal de Belo Horizonte aprovou, e o prefeito sancionou, lei municipal estabelecendo que a remuneração do serviço extraordinário, no âmbito daquela unidade da Federação, seria superior em cem por cento à do serviço em horário normal.
Nessa situação, o STF será competente, originariamente, para processar e julgar ação direta de inconstitucionalidade ajuizada pelo governador do Estado de Minas Gerais em face daquela lei municipal.
- Ⓒ Considerando que um cidadão pretenda impetrar *habeas corpus* e mandado de segurança em face de atos praticados pelo governador do Distrito Federal, então as duas ações não serão julgadas, originariamente, pelo mesmo tribunal, haja vista a competência originária do STJ não abranger o mandado de segurança em questão.
- Ⓓ As disputas sobre direitos indígenas são processadas e julgadas, originariamente, pelos tribunais regionais federais.
- Ⓔ Considere a seguinte situação hipotética:
Em regular processo administrativo fiscal, o delegado da receita federal em determinado estado da Federação impôs à empresa Y multa em valor substancial. Ocorre que a sede da referida empresa situa-se em comarca muito distante da capital – único local em que está sediada uma vara da justiça federal naquele estado.
Nessa situação, a justiça estadual terá competência para processar e julgar mandado de segurança impetrado contra o ato do delegado da receita federal.

QUESTÃO 16

Assinale a opção correta acerca do sistema tributário nacional e das finanças públicas.

- Ⓐ O produto da arrecadação do imposto de renda descontado na fonte incidente sobre a remuneração dos trabalhadores pertence aos respectivos estados onde aqueles contribuintes residam.
- Ⓑ Fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes dos impostos, taxas e contribuições devem ser definidos em lei complementar federal que estabeleça as normas gerais em matéria tributária.
- Ⓒ Estando para efetivar-se a transferência de um imóvel entre duas pessoas físicas, então, se a transferência ocorrer mediante doação, sobre a operação de transmissão da propriedade incidirá imposto estadual; se a transferência decorrer de contrato de compra e venda, sobre a operação de transmissão da propriedade incidirá imposto municipal.
- Ⓓ Considere a seguinte situação hipotética:
Determinada montadora de veículos automotores pretende instalar-se em região do Brasil distante dos grandes centros de consumo. Em contrapartida, contudo, pretende que se lhe concedam favores de ordem fiscal.
Nessa situação, o Senado Federal poderá deliberar pela concessão à montadora de isenção ou redução de alíquota do imposto sobre circulação de mercadorias.
- Ⓔ É vedado ao Banco Central do Brasil conceder, ainda que indiretamente, empréstimos a instituições financeiras.

QUESTÃO 17

Com relação à organização dos poderes e ao Ministério Público, assinale a opção correta.

- Ⓐ Supondo que o Congresso Nacional fosse composto por oitenta senadores e quinhentos deputados federais, então a matéria constante de projeto de lei rejeitado poderia constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta de apenas quarenta e um parlamentares.
- Ⓑ Considere a seguinte situação hipotética:
Regularmente intimado da realização da audiência de inquirição de testemunhas de acusação, o promotor de justiça da comarca deixou de comparecer à respectiva audiência.
Nessa situação, o juiz deverá nomear um dos advogados que militam na comarca para exercer as funções do Ministério Público naquela audiência. Afinal, não se justificaria prestigiar a ausência do promotor em detrimento do comparecimento de testemunhas, réus e advogados, bem assim dos esforços da estrutura do juízo para efetuar todas as intimações.
- Ⓒ Considere a seguinte situação hipotética:
O presidente da República enviou projeto de lei ao Congresso Nacional, propondo a proibição da comercialização de armas de fogo em todo o território nacional. O projeto foi apreciado primeiramente pela Câmara dos Deputados, sendo aprovado com folgada margem de votos. Remetido, então, ao Senado Federal, o projeto foi rejeitado pela maioria absoluta dos senadores.
Nesse caso, o projeto deve ser restituído à Câmara dos Deputados, onde será submetido a nova votação. Sendo aprovado nesse escrutínio, o projeto será remetido à sanção presidencial.
- Ⓓ Compete ao Congresso Nacional, previamente à respectiva nomeação, aprovar o nome de cidadão indicado pelo presidente da República para ocupar o cargo de ministro do STF.
- Ⓔ Considere a seguinte situação hipotética:
Realizado o primeiro turno para a eleição do presidente da República, apurou-se o seguinte desempenho dos principais concorrentes: candidato A, com 35% dos votos válidos; candidato B, 32%; candidato C, 13%; e candidato D, 10%. Antes da realização do segundo turno, porém, a justiça suspendeu, em definitivo, o registro de candidatura do candidato B.
Nessa situação, a justiça eleitoral deverá proclamar o candidato A eleito presidente da República.

QUESTÃO 18

Assinale a opção correta acerca do direito administrativo e da administração pública.

- Ⓐ Os órgãos públicos são pessoas jurídicas de direito público de natureza administrativa, criadas por lei específica, para a realização de atividades, obras ou serviços descentralizados da entidade estatal que os criou.
- Ⓑ A jurisprudência é fonte de direito administrativo, haja vista a reiteração dos julgamentos de uma corte em um mesmo sentido obrigar aquele órgão judiciário – e os inferiores a ele vinculados – a decidirem no mesmo sentido.
- Ⓒ As regras jurídicas estão contidas no conjunto das regras morais. A essência da diversidade de natureza reside em que, ao contrário do que ocorre no âmbito da moral, a violação de uma regra de direito enseja a incidência de uma sanção. Assim, embora o administrador público deva nortear-se pelo princípio da moralidade administrativa, o controle jurisdicional dos atos administrativos não alcança a conformação do ato à moral administrativa em face da ausência de norma jurídica cuja observância deva ser aferida pelo Poder Judiciário.
- Ⓓ Considere a seguinte situação hipotética:
Determinada lei atribuiu ao presidente da República a definição, por meio de decreto, das sanções a serem impostas aos infratores das condutas tipificadas naquela lei como causadoras de danos ambientais. No prazo devido, o presidente da República publicou o decreto em questão, delegando ao presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) definir, por meio de ato normativo, as referidas sanções.
Nessa situação, as sanções que venham a ser definidas em ato normativo da agência ambiental são juridicamente válidas, haja vista o suporte normativo de validade da atribuição de competência ao presidente do IBAMA.
- Ⓔ Consoante o princípio da legalidade, ao administrador público só é permitido fazer o que a lei autoriza. Todavia, não é contrário ao direito conceder à administração pública, de modo explícito ou implícito, poder para a prática de atos administrativos com liberdade na determinação de sua conveniência e oportunidade.

QUESTÃO 19

Julgue os seguintes itens, acerca dos fatos, atos e contratos administrativos.

- I - Um fato da administração é causa justificadora da inexecução do contrato, consubstanciada em uma determinação estatal geral – como a elevação da alíquota de importação de determinado produto – que onera substancialmente ou impossibilita a execução do contrato. Um fato da administração, por ser de natureza genérica, não incide, pois, direta e especificamente sobre o contrato, embora se reflita sobre ele.
- II - As realizações materiais da administração em cumprimento de alguma decisão administrativa – como a construção das instalações que abrigarão uma escola pública – caracterizam fatos administrativos.
- III - Em consonância com o princípio da publicidade, é obrigatória a publicação, na íntegra, dos contratos e de seus aditamentos na imprensa oficial. Trata-se de condição indispensável de eficácia porque possibilita que toda a sociedade controle a legalidade do ajuste.
- IV - Ao emitir um cheque para pagamento de determinada compra, a administração pratica ato sujeito às regras do direito administrativo, podendo, destarte, ser anulado em decorrência da constatação de alguma ilegalidade ou revogado por motivo de conveniência ou oportunidade.
- V - Considerando que um convênio entre entidades públicas caracteriza-se por ser bilateral e impor obrigações recíprocas, trata-se, então, de ajuste de natureza contratual, apesar de não ser oneroso. Assim, à parte que se retirar do convênio previamente ao esgotamento do prazo ajustado serão impostas consequências pertinentes ao inadimplemento.

A quantidade de itens certos é igual a

- Ⓐ 1. Ⓑ 2. Ⓒ 3. Ⓓ 4. Ⓔ 5.

QUESTÃO 20

Assinale a opção correta acerca dos serviços públicos.

- Ⓐ São considerados serviços de utilidade pública aqueles que a administração presta diretamente, em decorrência da essencialidade da atividade. Tais serviços são considerados privativos do poder público, no sentido de que só a administração deve prestá-los, sem delegação a terceiros, haja vista geralmente exigirem atos de império – a exemplo do que ocorre com os serviços de defesa nacional e de preservação da saúde pública.
- Ⓑ As autarquias, fundações e empresas públicas só podem ser criadas por lei específica.
- Ⓒ Considere a seguinte situação hipotética:
Duas empresas públicas federais pretendem criar, com capital de ambas, uma terceira empresa pública. A providência veio a ser chancelada por autorização legislativa.
Nesse caso, a nova empresa pública não poderá ser criada da maneira pretendida, já que o capital constitutivo dessa espécie de ente deve ser exclusivamente público e pertencente a um só ente estatal.
- Ⓓ Considerando que o art. 109 da Constituição da República dispõe que aos “juízes federais compete processar e julgar (...) as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes”, então as causas de interesse das sociedades de economia mista integrantes da estrutura da administração indireta federal são processadas e julgadas pela justiça estadual.
- Ⓔ O usuário que pretender exigir judicialmente serviço público que lhe tenha sido negado pode valer-se de ação cominatória contra o ente estatal concedente, que é o titular dos serviços, mas não contra a prestadora do serviço concedido. O concedente, sim, terá legitimidade para acionar a concessionária.

QUESTÃO 21

Julgue os itens a seguir, referentes às normas básicas do processo administrativo no âmbito da administração federal direta e indireta.

I - Considere a seguinte situação hipotética:

Licínio, contando dezoito anos de idade, formulou requerimento junto a um órgão público, buscando, com tal providência, desencadear processo administrativo.

Nessa situação, o administrador deverá arquivar o requerimento, tendo em vista a incapacidade de Licínio para, desassistido de seus responsáveis, figurar em processo administrativo.

II - Considere a seguinte situação hipotética:

A empresa Y foi regularmente intimada, na pessoa de seu representante legal, para responder a processo administrativo, sendo-lhe assinado prazo para apresentar defesa. A empresa deixou, contudo, de atender à intimação.

Nesse caso, o desatendimento da intimação pela empresa Y não acarreta o reconhecimento da verdade dos fatos alegados em seu desfavor.

III - Considere a seguinte situação hipotética:

O processo administrativo desencadeado pela empresa Z foi decidido contrariamente aos seus interesses. A referida empresa pretende recorrer da referida decisão.

Nessa situação, o recurso deve ser dirigido à autoridade que proferiu a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderá-la ou encaminhá-la à autoridade superior.

IV - Considere a seguinte situação hipotética:

No curso de um processo administrativo, a empresa X foi admitida como interessada, vez que teria os seus interesses atingidos pela providência requerida. A empresa X peticionou, então, no sentido de que o requerimento inicial fosse rejeitado em razão de embasar-se em documento cuja firma não fora reconhecida e as autenticações das cópias carreadas terem sido efetivadas por servidor do próprio órgão administrativo, e não por oficial de serventia extrajudicial.

Nessa situação, as razões da empresa X deverão ser acolhidas pela autoridade administrativa.

V - Os processos administrativos podem iniciar-se de ofício pela autoridade administrativa.

Estão certos apenas os itens

Ⓐ I, II e IV.

Ⓑ I, II e V.

Ⓒ I, III e IV.

Ⓓ II, III e V.

Ⓔ III, IV e V.

QUESTÃO 22

Acerca da disciplina das licitações e dos contratos da administração pública, assinale a opção correta.

Ⓐ Considere a seguinte situação hipotética:

Uma fundação pública, devendo a importância de R\$ 500.000,00, entrou em acordo com o seu credor, o qual aceitou que a liquidação da dívida se efetivasse por meio da dação em pagamento de um terreno de propriedade da referida fundação.

Nessa situação, por tratar-se de dação em pagamento, não é necessária autorização legislativa ou realização de procedimento licitatório para a efetivação da operação.

Ⓑ Considere a seguinte situação hipotética:

A empresa W foi regularmente habilitada pela comissão julgadora de um procedimento licitatório, sem qualquer impugnação por parte dos demais concorrentes, aos quais foi dada ciência de toda a documentação apresentada por todos os que postularam habilitação no certame. Abertos os envelopes contendo as propostas, a da empresa W foi classificada em primeiro lugar. Em decorrência, a empresa R apresentou recurso à comissão julgadora, demonstrando que, diante dos documentos apresentados na fase anterior, a empresa W não poderia ter sido habilitada, vez que não teria cumprido determinado item do edital.

Nessa situação, não cabe desclassificar a empresa W por motivo relacionado com a habilitação.

Ⓒ Considerando que a empreiteira contratada para executar a construção do edifício sede de um tribunal requeira concordata, tal fato ensejará a rescisão do respectivo contrato administrativo.

Ⓓ Considere a seguinte situação hipotética:

Em uma quinta-feira, a empresa S foi intimada do prazo de cinco dias úteis para a interposição de recurso contra a decisão que a inabilitou em procedimento de licitação.

Nesse caso, considerando a inexistência de feriados no período, o prazo recursal se esgotará na quarta-feira subsequente.

Ⓔ A aquisição de bens e a contratação de serviços pelas empresas concessionárias de serviços públicos federais são regidas pelas mesmas normas que regem as licitações pelos demais entes da administração indireta.

QUESTÃO 23

Com referência às regras constitucionais relativas aos servidores públicos, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ Os proventos da aposentadoria correspondem, por ocasião da concessão do benefício, à totalidade da respectiva remuneração, desde que todas as parcelas que a integram sejam reconhecidas em lei como incorporadas à remuneração do servidor.
- Ⓑ A aposentadoria compulsória do servidor, aos setenta anos de idade, enseja a percepção de proventos proporcionais ao tempo de contribuição.
- Ⓒ Considere a seguinte situação hipotética:
Um servidor público federal já trabalhava no setor de informática de um dos ministérios quando foi aprovado em concurso público promovido pelo Banco do Brasil S.A. O trabalho do referido servidor no ministério era realizado no período noturno, e o trabalho na instituição financeira viria a ser realizado no período diurno.
Nessa situação, não há impedimento à acumulação das duas atividades.
- Ⓓ Aos sessenta e cinco anos de idade, o servidor pode aposentar-se, desde que tenha cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria. Todavia, os proventos serão proporcionais ao tempo de contribuição.
- Ⓔ Considerando que um servidor ocupe, exclusivamente, cargo em comissão, sem vínculo efetivo com a administração pública, então não poderá aposentar-se pelo regime de previdência dos servidores públicos.

QUESTÃO 24

Julgue os itens abaixo, que tratam de princípios orçamentários e de conteúdos da lei orçamentária e da lei de diretrizes orçamentárias.

I - Considere a seguinte situação hipotética:

Um parlamentar apresentou projeto de lei em uma das casas do Congresso Nacional, estabelecendo que, do produto da arrecadação dos impostos de competência federal, seis por cento passariam a ser destinados ao custeio dos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário.

Na situação apresentada, a proposição não fere a Constituição da República, mas, em seu parecer, o relator deverá avaliar a adequação orçamentária e financeira da matéria.

II - Considere a seguinte situação hipotética:

No texto do projeto de lei orçamentária anual encaminhado pelo Poder Executivo, consta dispositivo autorizando, no âmbito de ações prioritárias da saúde, devidamente identificadas, a realização de despesas conforme as necessidades, ainda que além dos montantes dos respectivos créditos autorizados.

Nessa situação, o dispositivo pode constar da lei orçamentária anual se as referidas ações forem nominalmente identificadas entre as prioridades estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias.

III - Considere a seguinte situação hipotética:

Durante a tramitação do projeto de lei orçamentária anual na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, a Comissão de Seguridade Social de uma das casas do Congresso Nacional apresentou emenda de texto autorizando o Poder Executivo a corrigir o valor dos benefícios previdenciários na hipótese de excesso de arrecadação das contribuições sociais que financiam o orçamento da seguridade social.

Nessa situação, a proposição somente poderá ser aprovada se estiverem nominalmente identificados os tipos de benefícios, assim como as contribuições sociais que os financiam.

IV - Considere a seguinte situação hipotética:

Projeto de lei de iniciativa de um dos tribunais superiores propõe alterações na legislação que disciplina os planos de cargos e de carreiras de seu pessoal administrativo.

Na situação apresentada, a proposição poderá ser apreciada pelo Poder Legislativo, mas a entrada em vigor das alterações dependerá da existência de dotação orçamentária suficiente e de autorização específica concedida por intermédio da lei de diretrizes orçamentárias.

V - Considere a seguinte situação hipotética:

A apreciação do projeto de lei orçamentária anual não foi ultimada até o encerramento da sessão legislativa e o novo exercício inicia-se sem orçamento promulgado.

Nessa situação, as unidades orçamentárias somente poderão executar suas programações e realizar despesas se houver autorização legal para a execução provisória do orçamento, na forma de antecipação de crédito.

Estão certos apenas os itens

- Ⓐ I e II. Ⓑ I e III. Ⓒ II e IV. Ⓓ III e V. Ⓔ IV e V.

QUESTÃO 25

Acerca do orçamento-programa e das medidas visando à sua implantação no Brasil, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ O orçamento-programa é um sistema em que se presta mais atenção às coisas que um governo realiza do que às coisas que adquire.
- Ⓑ A introdução da classificação funcional-programática da despesa foi um passo importante, mas não suficiente, para a efetiva adoção do orçamento-programa no Brasil.
- Ⓒ Com a aprovação da Lei n.º 4.320, em 1964, foram estabelecidas as bases metodológicas para a implantação do orçamento-programa no Brasil.
- Ⓓ No orçamento-programa, o controle visa avaliar a eficiência, a eficácia e a efetividade das ações governamentais.
- Ⓔ O Decreto n.º 2.829/98, ao estabelecer que as ações a cargo da administração pública, particularmente as ações finalísticas, devem ser estruturadas em programas mensurados por indicadores e metas, constitui mais um importante passo para a efetiva implantação do orçamento-programa no Brasil.

QUESTÃO 26

Acerca das fases da elaboração e da aprovação da lei orçamentária anual, julgue os itens que se seguem.

- I - De conformidade com a Lei n.º 4.320/64, na lei orçamentária a discriminação da despesa far-se-á, no mínimo, por elementos: as leis orçamentárias federais, com base em disposições das leis de diretrizes orçamentárias, não trazem mais os elementos.
- II - O plano plurianual federal, entre outros conteúdos, estabelecerá diretrizes, objetivos e metas da administração pública, incluirá os investimentos cuja execução ultrapasse um exercício financeiro e terá sua vigência coincidente com a do mandato do presidente da República.
- III - Na fase de apreciação do projeto de lei orçamentária anual, o Congresso Nacional poderá aprovar emenda que vise ao aumento das dotações de manutenção administrativa mesmo quando o referido incremento não estiver expressamente autorizado na lei de diretrizes orçamentárias.
- IV - Com base em sua autonomia administrativa e financeira, o STF elaborará sua proposta orçamentária anual dentro dos limites estipulados na lei de diretrizes orçamentárias e a encaminhará ao Congresso Nacional, juntamente com as propostas dos demais Poderes.
- V - No âmbito da classificação institucional, a lei orçamentária anual da União é organizada por poderes e, nestes, pelas categorias órgão, unidade orçamentária e unidade administrativa, sendo esta última, conforme a Lei n.º 4.320/64, o agrupamento de serviços a que serão consignadas dotações próprias.

Estão certos apenas os itens

- Ⓐ I e II.
- Ⓑ I e III.
- Ⓒ II e IV.
- Ⓓ III e V.
- Ⓔ IV e V.

QUESTÃO 27

Acerca da execução orçamentária e financeira, julgue os seguintes itens.

- I - Entre os estágios da despesa pública, a liquidação é o estágio que caracteriza a competência do exercício, ou seja, serão consideradas despesas do exercício apenas aquelas que foram nele liquidadas.
- II - De conformidade com a Lei n.º 4.320/64, imediatamente após a promulgação da lei de orçamento, o Poder Executivo aprovará um quadro de cotas trimestrais de despesa. Na área federal, nos últimos exercícios, a programação financeira de desembolso tem sido elaborada em bases mensais ou bimestrais.
- III - Inscrevem-se em restos a pagar as despesas liquidadas (processadas), mas não-pagas até o último dia do exercício.
- IV - O empenho da despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição. Realizado de forma prévia, o empenho poderá ser dispensado em situações especiais definidas em lei.
- V - As despesas de exercícios anteriores não-processadas na época apropriada poderão ser pagas à conta de dotação específica consignada no orçamento.

Estão certos apenas os itens

- Ⓐ I, II e V.
- Ⓑ I, III e IV.
- Ⓒ I, IV e V.
- Ⓓ II, III e IV.
- Ⓔ II, III e V.

QUESTÃO 28

Julgue os itens a seguir, relativos a alterações orçamentárias.

- I - Para atender despesas emergenciais de enfrentamento da seca em zonas declaradas de calamidade pública, o Poder Executivo federal, amparado nas disposições da Lei n.º 4.320/64, pode editar decreto abrindo crédito extraordinário.
- II - Para atender despesas não-computadas no orçamento do STF, o seu presidente deverá encaminhar ao Congresso Nacional projeto de lei de abertura de crédito especial, indicando, como recurso para o atendimento das novas despesas, o cancelamento de dotações.
- III - No decorrer do exercício, as unidades orçamentárias poderão reabrir, nos limites dos respectivos saldos, os créditos especiais autorizados nos últimos quatro meses do exercício anterior.
- IV - A Constituição da República consagrou o tratamento dado pela Lei n.º 4.320/64 às três situações em que cabe a abertura de crédito extraordinário, ou seja, para o atendimento de despesas imprevisíveis e urgentes, em casos de guerra, comoção interna (intestinal) ou calamidade pública.
- V - Caso o STF, já tendo utilizado os limites de suplementação autorizados pela lei orçamentária anual, necessite de novo crédito suplementar ao seu orçamento, tal suplementação deverá ser obtida mediante solicitação, por parte da Presidência do STF, à Presidência da República de encaminhamento de projeto de lei ao Congresso Nacional, autorizando a nova suplementação.

A quantidade de itens certos é igual a

- Ⓐ 1. Ⓑ 2. Ⓒ 3. Ⓓ 4. Ⓔ 5.

QUESTÃO 29

Julgue os itens abaixo, referentes às normas em vigor acerca das receitas públicas.

- I - Nenhum tributo será cobrado em cada exercício sem prévia autorização orçamentária, ressalvados os impostos sobre importação e produtos industrializados e o IOF.
- II - Pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas.
- III - Entre outras, classificam-se como receitas correntes o produto da arrecadação de impostos e de contribuições, a receita de dividendos, o produto de operações de crédito destinado ao atendimento de despesas correntes, assim como a receita industrial e de serviços.
- IV - Após apurada sua liquidez e certeza, serão inscritos como dívida ativa os créditos da fazenda pública exigíveis pelo transcurso do prazo de pagamento.
- V - Compete privativamente ao Senado Federal autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos estados, do Distrito Federal, dos territórios e dos municípios.

Estão certos apenas os itens

- Ⓐ I, II e III. Ⓑ I, II e IV. Ⓒ I, III e V. Ⓓ II, IV e V. Ⓔ III, IV e V.

QUESTÃO 30

Determinada organização tem um plano de incentivos pecuniários vinculados ao desempenho. Nela, todos os empregados têm metas mensalmente estabelecidas a cumprir. Aqueles que cumprem mais de 80% das metas recebem um bônus de desempenho, que varia de 20% a 30% de seus salários. Mas tais incentivos têm feito cada área voltar-se para si, em detrimento de uma visão global da organização, acirrando os conflitos entre áreas funcionais.

À luz dos princípios da moderna gestão de desempenho, as soluções satisfatórias para o problema hipotético apresentado acima deverão incluir o(a)

- I - fim do plano de incentivos individuais por produtividade e o estabelecimento de incentivos pela produtividade grupal em cada área.
- II - agregação, às avaliações individuais, de uma nota de avaliação institucional da área e da organização.
- III - implementação de programas de dinâmica de grupo para a administração de conflitos.
- IV - fortalecimento da coordenação nos níveis hierárquicos mais baixos para proporcionar competição administrada.
- V - aumento dos incentivos, pois o ganho de eficiência é tendencialmente superior a eventuais perdas geradas pelo conflito.

A quantidade de itens certos é igual a

- Ⓐ 1. Ⓑ 2. Ⓒ 3. Ⓓ 4. Ⓔ 5.

QUESTÃO 31

Mais e mais organizações adotam formas diferenciadas e variáveis de remuneração, com base nos desempenhos verificado e potencial. No setor público, **não** é um fator limitador desse tipo de experiência a

- Ⓐ predominância de modelos de avaliação de desempenho com base em aspectos meramente formais do comportamento, tais como assiduidade e urbanidade.
- Ⓑ falta de uma cultura empreendedora orientada para resultados.
- Ⓒ precariedade de sistemas de planejamento que permitam a formulação de metas e resultados de forma consistente.
- Ⓓ impossibilidade de se recrutarem pessoas e de enquadrá-las em distintas faixas salariais segundo requisitos do cargo.
- Ⓔ existência de uma legislação trabalhista protecionista, que impõe a incorporação de sucessivos ganhos de produtividade aos vencimentos-padrão dos servidores.

QUESTÃO 32

É característica central desejável de um modelo contemporâneo de avaliação de desempenho

- Ⓐ procurar saber o que está errado e nunca quem está errado.
- Ⓑ avaliar a utilidade do trabalho e sua contribuição apenas para a chefia.
- Ⓒ manter o avaliado a par dos critérios por meio dos quais está sendo avaliado e proporcionar-lhe direito a ampla defesa.
- Ⓓ ocultar informações e avaliações do avaliado.
- Ⓔ avaliar o aprendizado.

QUESTÃO 33

Assinale a opção correta relativamente à capacitação gerencial.

- Ⓐ O desenvolvimento da visão estratégica é tão importante quanto o manejo de ferramentas gerenciais.
- Ⓑ Quanto mais se ascende na hierarquia organizacional, mais relevantes tornam-se as competências técnicas e interpessoais.
- Ⓒ O objetivo de um programa de desenvolvimento gerencial é aproximar o perfil do indivíduo ao perfil do executivo ideal.
- Ⓓ A escolha da metodologia adequada é determinante para se assegurar o controle sobre a mudança da cultura organizacional.
- Ⓔ Um gerente é um indivíduo que tem subordinados.

QUESTÃO 34

Alfa, que é gerente do departamento de análise de projetos de uma organização, tem sob sua responsabilidade assegurar que projetos de investimento estejam aptos para serem aprovados pelo comitê diretor, uma vez atendidos os requisitos técnicos. A natureza do trabalho no seu departamento é essencialmente técnica. No entanto, Alfa depara-se cada vez mais com atividades de natureza gerencial, tais como dimensionar qualitativa e quantitativamente sua equipe de trabalho, conhecer o mercado de trabalho para avaliar se obterá os profissionais de que necessita, vislumbrar que profissionais estarão disponíveis agora e no futuro, elaborar formas específicas de atraí-los e selecioná-los, identificar e propor peculiaridades remuneratórias diretas e indiretas, avaliar necessidades de capacitação etc.

As preocupações de Alfa em relação a sua equipe são tantas que ele propôs, em reunião de diretoria, a contratação de um assessor de recursos humanos para seu departamento.

Considerando a situação hipotética apresentada e à luz da moderna gestão estratégica de recursos humanos (RH), a diretoria da organização deve

- Ⓐ aprovar a contratação do assessor, de modo que Alfa possa dedicar-se exclusivamente às atividades técnicas.
- Ⓑ fortalecer sua área de RH, para que esta possa prover apoio às ações de RH dos diversos gerentes da organização.
- Ⓒ investir na capacitação de Alfa, de modo que ele possa redirecionar sua carreira e assumir a posição de gerente de RH.
- Ⓓ esvaziar sua área de RH, descentralizando suas ações pelos diversos departamentos, incumbindo-a de responsabilidades meramente formais.
- Ⓔ demitir Alfa e contratar para seu lugar outro gerente com menos experiência técnica e mais experiência na área de RH.

QUESTÃO 35

Assinale a opção correta com relação às funções da administração de RH.

- Ⓐ O estabelecimento de planos de saúde para os servidores é uma ação típica da função de compensação de RH.
- Ⓑ Recrutamento e seleção são ações típicas da função de aplicação de RH.
- Ⓒ Higiene e segurança no trabalho são ações típicas da função de manutenção de RH.
- Ⓓ Cargos, salários e desempenho são ações típicas da função de desenvolvimento de RH.
- Ⓔ Desligamento é uma ação típica da função de controle de RH.

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto LP-I – questões de 36 a 40

Palavras à juventude

Mocidade vaidosa não chegará jamais a virilidade útil. Onde os meninos camparem de doutores, os doutores não passarão de meninos. A mais formosa das idades ninguém porá em dúvida que seja a dos moços: todas as graças a enfloram e coroam. Mas de todas se despiu, em sendo presunçosa. Nos tempos de preguiça e ociosidade cada indivíduo nasce a regurgitar de qualidades geniais. (...) Dos seus lentes desdenham, nos seus maiores desfazem, chocarriam dos mais adiantados em anos. Para saber a política, não lhes foi mister conhecer o mundo, ou tratar os homens. Extasiados nas frases postiças e nas idéias ressonantes, vogam à discrição dos enxurros da borrasca, e colaboram nas erupções da anarquia. Não conhecem a obediência aos superiores e a reverência aos mestres. São os árbitros do gosto, o tribunal das letras, a última instância da opinião. Seus epigramas crivam de sarcasmos as senhoras nas ruas; suas vaías sobem, nas escolas, até à cátedra dos professores. É uma superficialidade satisfeita e incurável, uma precocidade embotada e gasta, mais estéril que a velhice. Deus a livre a esta de tais sucessores, e vos preserve de semelhantes modelos.

(...)
Habituai-vos a obedecer, para aprender a mandar. Costumai-vos a ouvir, para alcançar a entender. Não delireis nos vossos triunfos. Para não arrefecerdes, imaginai que podeis vir a saber tudo; para não presumirdes, refleti que, por muito que souberdes, muito pouco tereis chegado a saber. Sede, sobretudo, tenazes, quando o objeto almejado se vos furtar na obscuridade avara do ignoto. Profundai a escavação, incansáveis como o mineiro no garimpo. De um momento para outro, no filão resistente se descobrirá, talvez, por entre a ganga, o metal precioso.

Haveis de ouvir falar amiúde em portentos e monstros, cuja capacidade nasce consumada e deslumbrante do seio materno, como Palas da cabeça de Júpiter. O portento pagão se renova, entre nós, debaixo de todos os tetos. Cada família se gaba de uma águia. Triste ilusão da paternidade mal equilibrada. Os gênios são meteoros raros, nem sempre benéficos. E raramente serão frutos espontâneos da natureza: as mais das vezes os cria a paciência e a perseverança. É a assiduidade na educação metódica e sistemática de nós mesmos o que descobre as grandes vocações e os grandes observadores, os grandes inventores, os grandes homens de Estado.

Rui Barbosa. Discurso no Colégio Anchieta. Escritos e discursos selecionados. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995, p. 635-6.

QUESTÃO 36

Serão respeitadas as idéias do texto LP-I caso se substitua

- A "camparem" (l.1) por **ufanarem-se** ou **gabarem-se**.
- B "enfloram" (l.2) por **fazem dar flores viçosas** ou **florescem**.
- C "presunçosa" (l.3) por **vaidosa** ou **garbosa**.
- D "regurgitar" (l.3) por **gargalhar** ou **exagerar**.
- E "chocarriam dos" (l.4) por **humilham os** ou **deprimem os**.

QUESTÃO 37

Com base nas idéias do texto LP-I, assinale a opção **incorreta**.

- A A estrutura do parágrafo introdutório apresenta construções antitéticas, em que são citados jovens e idosos, aprendizes e educadores.
- B O primeiro parágrafo pode ser dividido em duas partes, uma vez que o autor inicia enaltecendo os valores da juventude, de forma genérica, e depois passa a especificar os méritos dos moços em ações particulares.
- C O texto apresenta inicialmente uma visão negativa dos comportamentos juvenis; seguem-se conselhos para os moços, visando aperfeiçoar-lhes a conduta; para finalizar, surgem aspectos relacionais dos jovens na família e na sociedade.
- D O segundo parágrafo, com predomínio de formas verbais imperativas, utiliza a função apelativa da linguagem, visando a mudanças de comportamentos considerados inadequados pelo autor.
- E No último parágrafo do texto, o autor, com alusão à mitologia, alerta para os desvios de olhar dos mais experientes que, ao julgarem os jovens seus afetos, não lhes enxergam os defeitos.

QUESTÃO 38

As opções a seguir apresentam reescrituras do texto LP-I com alterações morfossintáticas. Assinale a opção em que as mudanças **não afetam** substancialmente a idéia original.

- A Linhas de 4 a 6: **Para exercer a política, não foi necessário a eles conhecer o mundo ou lidar com os homens; extasiados nas frases embrulhadas e nas idéias grandiloquentes, vão e vêm sem direção nos enxurros da borrasca e colaboram nas erupções da anarquia.**
- B Linhas 11 e 12: **Ponde-vos a obedecer, para aprender a mandar; ponde-vos a ouvir, para alcançar a compreensão; não delireis com as vossas vitórias.**
- C Linhas 12 e 13: **Para não desanimardes, imaginai que podeis vir a conhecer tudo; para não admoestardes, vede que, por muito que souberdes, muito pouco tereis chegado a saber: sejais, sobretudo, perspicazes, quando o objeto desejado vos furtarem na obscuridade do desconhecido avaro.**
- D Linhas 14 e 15: **Cavai profundamente, incansáveis como o mineiro no garimpo. De um instante para outro, no veio resistente se descobrirá, provavelmente, por entre os resíduos, o metal valioso.**
- E Linhas 19 e 20: **É a constância na educação comedida e sistemática de nós mesmos que se desvelam as grandes vocações e os grandes observadores, os grandes criadores, os grandes homens de Estado.**

QUESTÃO 39

Assinale a opção correta a respeito da sintaxe das orações e dos períodos do texto LP-I.

- Ⓐ Em “todas as graças a enfloram e coroam” (ℓ.2), o pronome sublinhado refere-se unicamente a “Mocidade” (ℓ.1).
- Ⓑ Em “Dos seus lentes desdenham” (ℓ.4), o termo sublinhado refere-se a “dos moços” (ℓ.2).
- Ⓒ Em “Não conhecem a obediência aos superiores e a reverência aos mestres” (ℓ.6-7), fazendo-se a pronominalização das expressões sublinhadas, tem-se **Não conhecem-nas aos superiores e aos mestres**.
- Ⓓ A substituição da expressão sublinhada em “Seus epigramas crivam de sarcasmos as senhoras nas ruas” (ℓ.7-8) por pronome oblíquo resulta em **Seus epigramas crivam-lhes de sarcasmos nas ruas**.
- Ⓔ No segundo parágrafo (ℓ.11-15), todas as ocorrências de pronomes de segunda pessoa, oblíquos e possessivo, têm um mesmo referente: a “juventude”, citada no título.

QUESTÃO 40

Considerando a estrutura sintática do último parágrafo do texto LP-I, assinale a opção correta quanto à proposta de apassivamento, destacada em negrito.

- Ⓐ “O portento pagão se renova, entre nós, debaixo de todos os tetos” (ℓ.17) / **O portento pagão é renovável, entre nós, debaixo de todos os tetos**
- Ⓑ “Cada família se gaba de uma águia” (ℓ.17) / **Uma águia é gabada por cada família**
- Ⓒ “Triste ilusão da paternidade mal equilibrada” (ℓ.17-18) / **A paternidade mal equilibrada tem julgado os jovens como tristes e iludidos**
- Ⓓ “Os gênios são meteoros raros, nem sempre benéficos” (ℓ.18) / **Os gênios são considerados meteoros raros, nem sempre benéficos, por nós**
- Ⓔ “as mais das vezes os cria a paciência e a perseverança” (ℓ.19) / **as mais das vezes, eles são criados pela paciência e pela perseverança**

QUESTÃO 41**Preâmbulo da Constituição da República Federativa do Brasil**

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

De acordo com o texto acima, os parlamentares estavam reunidos em assembléia com a finalidade de

- Ⓐ assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança e o bem-estar dos cidadãos.
- Ⓑ garantir o desenvolvimento do país, a igualdade entre os cidadãos e a justiça social como valores supremos da sociedade brasileira.
- Ⓒ instituir, na condição de representantes do povo brasileiro, um Estado democrático.
- Ⓓ estabelecer o ideal de uma sociedade fraterna, pluralista, sem preconceitos, fundada na harmonia social, como o modelo superior a ser implementado no solo brasileiro.
- Ⓔ preservar a ordem interna e a harmonia internacional, com a solução pacífica das controvérsias entre as nações.

QUESTÃO 42

Sabendo que o texto legal deve ser redigido preferencialmente em ordem direta, com clareza e correção, assinale a opção em que a reescritura de passagens da Constituição obedece a todas essas premissas.

- Ⓐ Nos termos desta Constituição, todo o poder emana do povo, que o exerce por intermédio de representantes, eleitos ou diretamente.
- Ⓑ Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- Ⓒ Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, é um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.
- Ⓓ Visando a formação da comunidade latinoamericana de Nações, a República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina.
- Ⓔ Todos são, sem distinções, iguais perante a lei garantindo-se aos brasileiros e estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito a vida, a liberdade, a igualdade, a segurança, a propriedade e o lazer.

QUESTÃO 43

Considere os seguintes "Direitos e Deveres Individuais e Coletivos", transcritos de incisos do art. 5.º do Capítulo I do Título II da Constituição.

XV – é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens;

XVI – todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente;

XVII – é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar;

XVIII – a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento;

XIX – as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado;

XX – ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado;

Com relação a esses incisos, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ Ao final dos incisos acima, a substituição dos sinais de ponto-e-vírgula por ponto contraria as normas gramaticais referentes à pontuação.
- Ⓑ A expressão **Território Nacional** (inciso XV), assim grafada, com o emprego de maiúsculas em lugar de minúsculas, não contraria as regras da norma culta, por corresponder, semanticamente, a **Terra Brasileira**.
- Ⓒ Todos os incisos acima apresentam a mesma estrutura sintática.
- Ⓓ No inciso XVIII, seria gramaticalmente correta a substituição do trecho "a de cooperativas independem" por **de cooperativas depende**.
- Ⓔ No inciso XIX, a expressão "no primeiro caso" refere-se à dissolução compulsória de associações.

QUESTÃO 44

Nas opções abaixo, que trazem passagens reelaboradas do Capítulo "Dos Direitos Sociais" do Título II da Constituição da República, assinale a que apresenta regência **incorreta**.

- Ⓐ São direitos sociais, garantidos pela Constituição: a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção a maternidade e a infância e a assistência dos desamparados.
- Ⓑ A relação de emprego está protegida contra a despedida arbitrária, ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá a indenização compensatória, entre outros direitos.
- Ⓒ Será fixado em lei um salário mínimo, nacionalmente unificado, capaz de atender às necessidades vitais básicas do cidadão e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social.
- Ⓓ Haverá reajustes periódicos que preservem o poder aquisitivo do salário mínimo, sendo vedada, para qualquer fim, a sua vinculação.
- Ⓔ Fica assegurado o piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho, sendo condenada a reduzibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.

QUESTÃO 45

Assinale a opção gramaticalmente **incorreta**.

- Ⓐ É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.
- Ⓑ Nas empresas de mais de duzentos empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.
- Ⓒ A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante plebiscito, referendo e iniciativa popular.
- Ⓓ A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerão os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- Ⓔ A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

QUESTÃO 46

A seguir, foram transcritas ou adaptadas do texto constitucional algumas passagens referentes ao STF. Assinale a opção em que o enunciado, corretamente escrito, foge à temática dos demais.

- Ⓐ O procurador-geral da República deverá ser previamente ouvido nas ações de inconstitucionalidade e em todos os processos de competência do STF.
- Ⓑ As decisões definitivas de mérito proferidas pelo STF nas ações declaratórias de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e ao Poder Executivo.
- Ⓒ Declarada a Inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em trinta dias.
- Ⓓ Quando o STF apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo, citará previamente, o advogado-geral da União, que defenderá o ato ou texto impugnado.
- Ⓔ O presidente da República, a Mesa do Senado Federal, a Mesa da Câmara dos Deputados e o procurador-geral da República podem propor a ação de inconstitucionalidade.

Texto LP-II – questões 47 e 48**Em matéria de massacres, eles são campeões**

O Brasil é um país tão pacífico e o povo brasileiro de tanta boa fé que, nas raras vezes em que ocorrem episódios sangrentos, a imprensa logo os batiza de “massacres”, sem conhecer bem o sentido dessa expressão. Assim, houve o “massacre” da Candelária, o “massacre” de Vigário Geral, o de Eldorado dos Carajás e outros menos famosos pelo país afora. De todos, só o do Carandiru, com 111 presos mortos, foi de fato um massacre, no sentido exato e histórico do termo.

Nenhuma dessas citadas mortandades é justificável, e todos os seus autores deveriam ter sido punidos com a pena de morte, de preferência com fuzilamento transmitido ao vivo pela televisão – coisa impensável aqui, pois a pena capital é considerada uma “violência” que o Brasil “pacífico” abomina legalmente, embora a aplique na prática.

Só para refrescar a memória dos que não conhecem o real significado da palavra massacre, vamos recordar o que foram os massacres verdadeiros nos outros países, para o brasileiro perder um pouco do complexo de inferioridade:

- Guerra no Afeganistão: um milhão e meio de mortos
- Khmer Vermelho, no Camboja: um milhão de mortos
- Massacre de Ruanda: um milhão de mortos
- Guerra entre Irã e Iraque: 700 mil mortos
- Guerra na Bósnia Herzegovina: 250 mil mortos
- Massacres da ditadura na Argentina: 30 mil mortos
- Massacres da ditadura no Chile: 3.500 mortos

Faltaria incluir, ainda, os massacres em Moçambique, Angola e outras nações africanas nos últimos 25 anos, somando, no mínimo, mais um milhão e meio de mortos. E sem falar no milhão de mortos da Guerra de Secessão dos EUA, nas dezenas de milhões de pessoas massacradas na I e na II Guerras Mundiais, nos massacres de negros no Sul dos Estados Unidos pela Ku Klux Klan, mais os massacres nazistas nos campos de concentração e os massacres de Kosovo pelos sérvios e da Iugoslávia pela OTAN.

Em matéria de massacres, portanto, o Brasil deve continuar evitando-os e, por isso, não temos porque nos flagelarmos diante do que fizeram os ingleses, os franceses, os alemães, os russos, os chineses, os japoneses, os norte-americanos, os africanos, os sérvios, os turcos, os sionistas, os árabes xiitas, os boers sul-africanos e tantos outros povos.

Se eles não sentem a consciência pesada nem ficam dando satisfações aos brasileiros pelos seus crimes, por que temos nós de andar de cabeça baixa?

Poder - Revista brasileira de questões estratégicas, n.º 2, 5-6/99, p. 91 (com adaptações).

QUESTÃO 47

Com base nas idéias do texto LP-II, assinale a opção correta.

- Ⓐ No Brasil, a pena de morte, apesar de legalmente proibida, é aplicada na prática.
- Ⓑ O tema central do texto é a discussão do conceito de massacre.
- Ⓒ Na história mundial dos massacres, os países africanos são os grandes vilões.
- Ⓓ O “complexo de inferioridade” (l.9) dos brasileiros deve-se ao fato de que aquilo que a imprensa brasileira batiza de “massacre” é insignificante quando comparado com os verdadeiros massacres.
- Ⓔ Os brasileiros não precisam andar de cabeça baixa porque não têm do que se envergonhar.

QUESTÃO 48

Assinale a opção em que a reescritura de trechos do texto LP-II apresenta, por meio de estruturas gramaticalmente corretas, informações do texto.

- Ⓐ Linhas 1 e 2: **O Brasil, país tão pacífico, e o seu povo é de tão boa fé que, nas raras vezes que ocorrem episódios sangrentos, a imprensa rapidamente os batiza de massacres.**
- Ⓑ Linhas de 2 a 4: **Dessa forma, houveram os massacres da Candelária, de Vigário Geral, de Eldorado dos Carajás e outros menos famosos ao longo do país. Deles, só o do Carandiru, com uma centena de mortos, foi, de fato, um massacre, nos sentidos exato e histórico do termo.**
- Ⓒ Linhas de 5 a 7: **Nenhuma mortandade é justificável, e todos os seus autores deveriam serem fuzilados com transmissão ao vivo pela televisão, coisa que o Brasil abomina mas aplica.**
- Ⓓ Linhas de 8 a 19: **Para que o brasileiro perca um pouco do complexo de inferioridade, vamos recordar o que foram os massacres em outros países: Khmer Vermelho, no Camboja – 1 milhão de mortos; massacres das ditaduras no Chile e na Argentina – mais de trinta mil mortos; diversas guerras, incluindo a I e a II Guerras Mundiais – mais de 20 milhões de mortos.**
- Ⓔ Linhas de 21 a 25: **Em termos de massacres, o Brasil deve continuar evitando-os e, por isso, não há razões para o autoflagelo por causa do que fizeram outros povos. Se nestes não pesa a consciência e se eles não dão satisfações de seus crimes, por que os brasileiros têm que andar de cabeça baixa?**

Texto LP-III – questões 49 e 50

Um velho magistrado, sentindo que morria, dizia assim serenamente do seu leito:

- Senhor, queria ao morrer ter a certeza de que todos os homens que condenei morreram antes de mim, pois não posso pensar que fiquem nas prisões desse mundo, a sofrer penas humanas, os que lá foram metidos por ordem minha. Queria, Senhor, que, quando me apresentasse ao Teu juízo, os encontrasse à Tua porta, para que me dissessem que os julguei com justiça, segundo aquilo que os homens chamam Justiça, e se para algum e sem dar por isso fui injusto, esse, mais do que outro, desejaria encontrar ao meu lado, para lhe pedir perdão e para lhe dizer que nem uma só vez, ao julgar, esqueci ser uma pobre criatura humana, escrava do erro; que nem uma só vez, ao condenar, consegui reprimir a perturbação da consciência, tremendo perante um ofício, que, em última instância, apenas pode ser Teu, Senhor.

Piero Calamandrei: *Eles, os juizes, vistos por nós, os advogados*. 4.ª ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1971. p. 173-4 (com adaptações).

QUESTÃO 49

Com referência à sintaxe das orações do texto LP-III, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ Na linha 2, a oração “de que todos os homens que condenei morreram antes de mim” completa o sentido do substantivo “certeza”.
- Ⓑ Na linha 3, o sujeito da forma verbal “fiquem” é o pronome demonstrativo “os” e a oração adjetiva que o segue: “que lá foram metidos por ordem minha”.
- Ⓒ O pronome pessoal oblíquo “os” (ℓ.4, primeira ocorrência) refere-se àqueles “homens que condenei” (ℓ.2) e exerce a função de objeto direto da forma verbal “encontrasse” (ℓ.4).
- Ⓓ Na linha 4, a oração “que os julguei com justiça” exerce a função sintática de objeto direto da forma verbal “dissessem”.
- Ⓔ Na linha 5, a oração “desejaria encontrar ao meu lado” tem por sujeito “Justiça”.

QUESTÃO 50

Analisando a tipologia textual do texto LP-III, é correto afirmar que ele

- Ⓐ é um diálogo, mesmo que o ouvinte não responda.
- Ⓑ narra um fato verossímil e tem a forma de uma confissão, com caráter apelativo.
- Ⓒ faz parte de um testamento, tendo servido de escrivão o testamenteiro.
- Ⓓ é parte de uma carta que estava sendo ditada, no leito de morte, pelo remetente.
- Ⓔ é parte dos autos de um processo que está sendo usado como prova para inocentar um réu.

PROVA DISCURSIVA

Na prova a seguir, faça o que se pede, usando as folhas para rascunho do presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para o CADERNO DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA, no local apropriado, pois **não serão avaliadas provas com texto escrito em local indevido**. Qualquer prova com extensão aquém da mínima de **trinta linhas efetivamente escritas** será apenada e qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **sessenta linhas** será desconsiderado.

ATENÇÃO! No CADERNO DE TEXTO DEFINITIVO, identifique-se apenas na capa, pois **não serão avaliadas** as provas que tenham qualquer marca identificadora fora do local apropriado.

Ponham dois pintores diante da mesma paisagem, um ao lado do outro, cada um com o seu cavalete e, passada uma hora, vejam o que cada um desenhou na tela. Hão de notar duas paisagens completamente diferentes e tão diferentes que vos há de parecer impossível que o modelo tenha sido um só.

Podeis dizer que um deles traiu a verdade?

Piero Calamandrei. *Eles, os juizes, vistos por nós, os advogados*. 4.^a ed. Lisboa: Livraria Classica Editora, 1971. p. 99.

Cidadania. Segundo a teoria que se firma entre nós, a cidadania, palavra que se deriva de cidade, não indica somente a qualidade daquele que habita a cidade, mas, mostrando a efetividade dessa residência, o direito político que lhe é conferido, para que possa participar da vida política do país em que reside.

De Plácido e Silva. *Vocabulário jurídico*. Rio de Janeiro: Forense, 1996. p. 427 (com adaptações).

Cidadania. A cidadania tem dois aspectos: (1) o institucional, porque envolve o reconhecimento explícito e a garantia de certos direitos fundamentais, embora sua institucionalização nunca seja constante e irredutível; (2) e o processual, porque as garantias civis e políticas, bem como o conteúdo substantivo, social e econômico, não podem ser vistos como entidades fixas e definitivas, mas apenas como um processo em constante reafirmação, como limiares abaixo dos quais não há democracia.

Encyclopaedia Britannica do Brasil Publicações Ltda. 1998. vol. 4. p. 181-2.

O Estado, na condição de instituição representativa da sociedade como um todo, passou a ser responsabilizado também pelo bem-estar social. Não sem certa razão, já que é ele que regula os mecanismos de distribuição de renda, por meio do controle do salário mínimo, do preço de produtos, dos impostos e dos financiamentos. Conseqüentemente, é ele também – indiretamente – responsável pelo crescimento galopante da pobreza no mundo.

Cristina Costa. *Sociologia: introdução à ciência da sociedade*. 2.^a ed. São Paulo: Moderna, 1997. p. 259 (com adaptações).

Nesse clima de fim de milênio, a violência se desenvolve e se generaliza. Escandaliza, choca, torna-se cada vez mais banalizada, parecendo, também, como outros aspectos da vida social, fugir ao controle dos homens e das instituições. E, assim como a pobreza, a violência indiscriminada, a impunidade dos criminosos e a diversidade dos grupos em conflito põem em xeque as mais otimistas análises sobre a sociedade contemporânea. Colaboram também para intensificar os paradoxos da sociedade atual, fazendo que tendências aparentemente opostas se contraponham de forma crescente: a pobreza e a abundância, o individualismo e a massificação, a democracia e o autoritarismo.

Idem, ibidem. p. 289 (com adaptações).

Inspirando-se nas idéias dos textos anteriormente apresentados, redija um texto dissertativo, posicionando-se a respeito do seguinte tema:

A IMPORTÂNCIA DA JUSTIÇA PARA A CIDADANIA.